



Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Arqueologia e Antropologia

Licenciatura em Antropologia

Práticas, Representações e Significados Sobre as Medidas de Prevenção e Combate a Pandemia de Covid-19 na Função Pública: o Caso da Secretaria Distrital de Marracuene

Autora: Márcia Celestino Chirindze

Supervisor: Johane Francisco Chibai Zonjo

Maputo, Julho de 2023

Práticas, Representações e Significados Sobre as Medidas de Prevenção e Combate a Pandemia de COVID-19 na Função Pública: o Caso da Secretaria Distrital de Marracuene

Autora

(Márcia Celestino Chirindze)

Trabalho de Culminação de Estudos do Curso de Antropologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais
da Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor

Presidente

Oponente

Maputo, Julho de 2023

Declaração de originalidade

Eu, Márcia Celestino Chirindze, declaro que este relatório de pesquisa é original e resulta da minha investigação. Ao longo do texto e na bibliografia foram indicadas as fontes usadas na elaboração da pesquisa. O presente relatório não foi submetido a nenhuma outra instituição nem foi apresentado para obtenção de um outro grau para além daquele a que diz respeito.

Assinatura

(Márcia Celestino Chirindze)

Maputo, Julho de 2023

Dedicatória

Aos meus pais, Felicidade Joaquim Madime e Celestino Ernesto Chirindze, por nunca terem medido esforços para me proporcionar um ensino de qualidade durante todo o meu período escolar.

Zinha minha filha, faça sol, faça chuva não deixe de ir a escola.

Agradecimentos

A Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso.

Aos meus pais Celestino Chirindze e Felicidade Madime, irmãos Ernesto Chirindze, Sebastião Chirindze e Neto Chirindze, esposo Gazpar Nhamazane e Filho Martin Nhamazane, que me incentivaram e compreenderam a minha ausência enquanto eu dedicava-me à realização deste trabalho.

Aos professores do Departamento de Arqueologia e Antropologia, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação ao longo do curso. Ao Dr. Zonjo que com muita paciência instruiu-me ao longo da realização deste trabalho como meu supervisor.

Aos meus colegas de curso, e com especial atenção a Florencia Tovela, Gilda Pedro, Stélio Jhotamo, e Rosa Vicente com quem convivi durante os últimos anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer como pessoa. Aos amigos, António Fumo, Euclídes Zavala, Madalena Murrombe e Regina Murrombe, pelo apoio e pela ajuda, que acreditando em mim, tornaram este sonho em realidade.

A todos os Funcionários e Agentes do Estado da Secretaria de Marracuene, pela disponibilidade e fornecimento de dados que foram fundamentais para a elaboração deste trabalho. E a todos que direta e indiretamente participaram para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

Lista de Abreviatura e Acrónimos

DAA	Departamento de Arqueologia e Antropologia
INE	Instituto Nacional de Estatística
FLCS	Faculdade de Letras e Ciências Sociais
GD	Governo Distrital
OMS	Organização Mundial da Saúde
PR	Presidente da República
PAPC	Plano de Ação para a Prevenção do Corona vírus
RF	Repartição de Finanças
RPDL	Repartição de Planificação e Desenvolvimento Local
RALFP	Repartição Administração Local e Função Pública
SPD	Secretário (a) Permanente Distrital
SDPI	Serviço Distrital de Planificação e Infra-estrutura
SD	Secretaria Distrital
UEM	Universidade Eduardo Mondlane

Resumo

O presente trabalho resulta de uma pesquisa etnográfica em torno das práticas, representações e significados sobre as medidas de prevenção adotadas pelos funcionários da Secretaria Distrital de Marracuene na prevenção e combate a pandemia da COVID-19. A pesquisa foi realizada entre os funcionários e agentes do Estado da Secretaria Distrital de Marracuene, entre os meses de Janeiro a Março de 2021. Os dados da pesquisa foram recolhidos com base na observação direta, entrevistas semi-estruturadas e conversas informais.

Os resultados revelam que durante o período que predominou a COVID-19, o Governo de Moçambique impôs várias medidas de prevenção da pandemia como a lavagem das mãos, o uso obrigatório das mascaras e distanciamento social. Os funcionários tiveram uma resistência na implementação das medidas de prevenção, foi possível perceber que eles não acreditavam que o vírus tinha-se alastrado da forma como se havia anunciado na mídia e isso levou ao não cumprimento das medidas de prevenção decretadas.

O estudo conclui que as representações e significados que os funcionários da Secretaria Distrital de Marracuene construíram sobre a COVID-19 influenciaram na determinação dos fatores de risco de contaminação, visto que a visão que eles tinham sobre a doença resultava das vivências e experiências que iam tendo com a epidemia ao longo das suas experiências diárias.

Palavras-chave: Práticas, significados e representações, COVID-19.

Índice

Declaração de originalidade	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iii
Lista de Abreviatura e Acrónimos	iv
Resumo	v
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Contextualização	1
1.2. Problematização.....	4
1.3. Objetivo do Estudo	5
1.3.1. Objetivo Geral	5
1.3.2. Objetivos Específicos	5
1.4. Justificativa.....	5
1.5. Estrutura do Trabalho	6
CAPÍTULO II: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	7
2.1. Técnicas de Recolha de Dados	7
2.1.1. Pesquisa Bibliográfica e Documental.....	7
2.1.2. Observação Direta	8
2.1.3. Entrevistas Semi-estruturadas	9
2.3. Perfil dos Participantes da Pesquisa	10
2.4. Lições do Trabalho de Campo.....	10
CAPÍTULO III: REVISÃO DE LITERATURA.....	12
3.1. COVID-19, Desigualdades Sociais e Pobreza.....	120
3.2. COVID-19 e políticas públicas de prevenção e combate.....	11
3.3. COVID-19 e as manifestações culturais	14
CAPÍTULO IV: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	16
CAPÍTULO V: DESCRIÇÃO DO DISTRITO DE MARRACUENE, CARACTERIZAÇÃO DA SECRETARIA DISTRITAL DE MARRACUENE E A SITUAÇÃO EPIDIMIOLOGICA DO DISTRITO.....	18
5.1. Descrição do Distrito de Marracuene.....	18
5.2. Secretaria Distrital de Marracuene: Organização e funcionamento	19
5.2.1. Secretaria Comum.....	19
5.2.2. Repartição de Planificação e Desenvolvimento Local	20
5.2.3. Repartição de Finanças.....	20

5.2.4. Repartição Administração Local e Função Pública	20
5.3. Situação Epidemiologia do Distrito de Marracuene	21
CAPÍTULO VI: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA	22
6.1. Práticas, Representações e Significados Adotados pelos Funcionários e Agentes da Secretaria Distrital de Marracuene em Relação aos Métodos de Prevenção da COVID-19	22
6.1.1. Uso das máscaras	22
6.1.2. O Distanciamento Físico	24
6.1.3. A lavagem das Mãos ou Uso dos Desinfetantes.....	26
6.1.4. A Rotatividade das pessoas no trabalho	28
6.1.5. Vacina Contra Covid-19.....	29
6.2. Crenças, Opiniões e Perceções Sobre a COVID-19.....	29
CAPÍTULO VII: CONCLUSÕES	33
Referências bibliográficas	35
Artigos da internet	36
Documentos e legislações.....	37

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

Este trabalho é realizado como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em Antropologia, na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, da Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de Arqueologia e Antropologia. No presente trabalho pretendemos compreender do ponto de vista antropológico as práticas, representações e significados sobre as medidas de prevenção e combate a pandemia da COVID-19 na Função Pública, concretamente na Secretaria Distrital de Marracuene.

1.1. Contextualização

Desde o início de Fevereiro 2019, a OMS passou a chamar oficialmente a doença causada pelo novo corona vírus de COVID-19. A palavra COVID significa Corona Vírus Disease (Doença do Corona vírus), enquanto “19” se refere ao ano de 2019, quando os primeiros casos em Wuhan, na China, foram divulgados publicamente pelo governo chinês no final de Dezembro (MISAU, 2020). O corona vírus são uma variada família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, como gado, gatos e morcegos. Raramente o corona vírus que infetam animais podem infetar pessoas, como exemplo da Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS) e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS). O que estamos vivendo, com início detetado em Dezembro de 2019, foi a transmissão de um novo corona vírus, o qual foi identificado em Wuhan, capital da província de Hubei, na China Central e causou a COVID-19, sendo disseminado e transmitido pessoa a pessoa (MISAU, 2020).

Sendo assim, a COVID-19 é uma doença causada pelo corona vírus, denominado SARSCoV- 2, que apresenta um espectro clínico variando de infeções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a OMS a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detetados requerem atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório (MISAU, 2020). Nesta mesma direção, (Segata, 2020) apontam que a taxa de letalidade era menor daquela ocorrida pelo vírus de tipo SARS e MERS, porém o índice de transmissibilidade é maior. Já pessoas idosas com históricos de diabetes, hipertensão, cardiopatias ou obesidade demonstravam ser mais aptas a

desenvolver formas graves da doença, sendo que jovens e crianças pareciam oferecer mais resistência e até mesmo serem assintomáticos (Segata, 2020).

Os países com maior número de casos cumulativos até 31 de Março de 2021, de acordo com o relatório da OMS, foram os Estados Unidos da América com 30 milhões de casos, o Brasil com 12.7 milhões de casos. Avaliando o número de casos em relação a população, os países mais afetados até de Março de 2021 foram a Andorra, com 155.260,23 casos por milhão de habitantes, seguido de Montenegro, com 145.239,80 casos por milhão de habitantes e República Tcheca, com 142,880,73 casos por milhão de habitantes. No continente Africano a República da África do Sul foi o país com maior número de casos por milhão de habitantes, com 1.6 milhões de casos de COVID-19 a 31 de Março de 2021.

Até o final de mês de Março de 2021, em todo o mundo tinha sido reportado um cumulativo de 128 milhões de casos de COVID-19. Nessa altura, a Europa era o continente com maior número de casos cumulativos, com 39 milhões, seguido da América do Norte, com 35 milhões de casos. O continente africano era na altura o segundo continente com menor número de casos, com 4 milhões de casos.

A eclosão da pandemia da COVID-19 veio alterar o padrão de vida de muitas populações no mundo, que passaram a viver um novo normal. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), até dia 30 de Março de 2020, o vírus já tinha infetado mais de meio milhão de pessoas a nível mundial, das quais cerca de trinta mil morreram, tendo sido este anunciado como um incidente mundial de saúde pública.

No dia 22 de Março de 2020, foi diagnosticado o primeiro caso positivo de COVID-19 em Moçambique, o que colocou o país na lista dos países com casos confirmados da doença. Esta situação levou a que o Governo de Moçambique declarasse o Estado de Emergência Nacional, com vista a salvaguardar a vida e a saúde pública.

Para Gudo *et al* (2021:16), a transmissão da COVID-19 teve uma dinâmica diferente em cada província. A maior parte dos casos da COVID-19 em Moçambique foram registados na Cidade e Província de Maputo, com um total de 38.203 casos correspondentes a 57% do total. A propagação do vírus foi inicialmente lenta, com quase todos casos confirmados em Maputo Cidade, Maputo Província e Cabo Delgado até meados do mês de Maio de

2020. Foi a partir de Maio de 2020 que a epidemia espalhou-se rapidamente para as outras províncias. A 10 de Maio de 2020 foram notificados os primeiros casos nas províncias de Gaza, Inhambane, Sofala e Tete, e no mesmo mês foram também notificados os primeiros casos em Nampula, Zambézia e Niassa. O país levou 106 dias para atingir os primeiros 1.000 casos.

Ainda segundo os autores atrás citados, nessa altura o país registou um aumento exponencial de casos confirmados e mortes em Janeiro de 2021, sendo a média de casos diários de cerca de quatro vezes maior do que na primeira onda, e teve um total de 2.101.14 casos por milhão de habitantes até 31 de Março de 2021. Entretanto, as taxas de positividade registadas na África Austral, Moçambique apresentou uma taxa global de 14.2% no período de Março de 2012 (Gudo *et al*, 2021).

Neste contexto, um conjunto de medidas foi decretado pelo Governo abrangendo várias áreas e sectores de atividade. Desde a declaração do primeiro estado de emergência, a 30 de Março de 2020, feita pelo Presidente da República de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi, foram anunciados no seu discurso à Nação várias medidas de controlo e prevenção para o sector da Função Pública, que foram sendo implementadas em momentos diferentes.

Do conjunto de medidas anunciadas pelo Governo, o sector da Função Pública devia garantir a implementação das medidas de prevenção estabelecidas pelo Ministério da Saúde em todas as instituições públicas que incluíam: (i) a lavagem ou desinfeção das mãos na entrada das instituições; (ii) a medição de temperatura; (iii) a obrigatoriedade do uso da máscara; (iv) o distanciamento físico de 2 (dois) metros e a vacina contra a Covid-19. Por outro lado, as pessoas que apresentassem sintomatologias respiratórias ou febre comprovada não deviam se fazer presentes nos locais de trabalho ou públicos, para além da necessidade de se reforçar o uso de tecnologias de informação para reduzir as aglomerações de utentes nas instituições públicas.

Com o avanço de números de casos por infeção de COVID-19 no mundo, e em particular Moçambique, as medidas restritivas iam sendo anunciadas, e algumas de forma agravada. Por exemplo, a 4 de Fevereiro de 2021, o Chefe do Estado no seu discurso à Nação

anunciou mais medidas restritivas para a Função Pública e demais sectores, que incluíam: (i) o impedimento de partilhar utensílios de uso pessoal; (ii) a desinfecção das instalações e equipamentos com soluções recomendadas e (iii) a redução do número de pessoas em reuniões ou locais de aglomeração, devendo se garantir o distanciamento interpessoal de pelo menos 2 (dois) metros.

De acordo com as medidas anunciadas pelo Governo, nos locais de atendimento ao público era obrigatório a definição da capacidade máxima e sua respetiva afixação em locais bem visíveis da instituição, e ainda na impossibilidade de se garantir o distanciamento interpessoal, recomendava-se adotar o regime de rotatividade das equipas de serviços. Por fim, a redução de pessoal para efeitos de cumprimento das medidas não se podia confundir com dispensa de trabalho, devendo serem adotados mecanismos que assegurassem a continuidade do trabalho em casa quando criadas as condições.

O novo normal que emergiu em Moçambique, como resultado da pandemia da COVID-19, constituiu um risco para os funcionários e agentes do Estado na Função Pública, o que levou a adoção de várias medidas restritivas já citadas. Nesse contexto, os funcionários e agentes do Estado procuraram lidar com as medidas restritivas decretadas de forma a preservar a sua saúde, de colegas e membros da sua família.

1.2. Problematização

A pandemia da COVID-19 trouxe um enorme impacto nas instituições públicas e privadas no mundo, em Moçambique em particular, que em pouco tempo tiveram que se adaptar às novas modalidades de trabalho, utilizando entre outros, as plataformas digitais como forma de dar seguimento nas atividades laborais. Diante desse contexto, verificaram-se diferentes mudanças em todas organizações públicas e privadas. Por conseguinte essas mudanças afetaram direta ou indiretamente a estrutura organizacional das instituições.

A pandemia da COVID-19 causou uma interrupção sem precedentes de muitas atividades laborais e mudou o cenário “da noite para o dia”, exigindo, perante a situação, uma reação imediata de todas as instituições com vista a orientar as atividades laborais.

Todavia, tendo em vista os impactos causados por esta pandemia no mundo muitos profissionais tiveram que se reinventar de forma rápida e compulsória, além de que alguns iniciaram suas atividades laborais em *home office*, e outros tiveram que permanecer no

formato presencial ocasionando em alguns casos de stresse, medo, ansiedade e desgaste emocional, afetando assim a sua produtividade.

As incertezas económicas causadas pela pandemia da COVID-19 geraram nas organizações sejam elas grandes, médias ou pequenas uma série de tensões que tiveram impacto para além das finanças e estruturas destas, afetando profundamente elementos vigentes dentro da organização formal ou informal (Gomes, 2020).

É no âmbito da problemática acima descrita que surge a seguinte questão: *quais são as práticas, representações e significados adotados pelos funcionários e agentes do Estado da Secretaria Distrital de Marracuene no contexto da implementação das medidas decretadas pelo Governo para a prevenção e combate à COVID-19?*

1.3. Objetivo do Estudo

1.3.1. Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é de analisar as práticas, representações e significados construídos pelos funcionários e agentes do Estado da Secretaria Distrital de Marracuene no contexto da implementação das medidas decretadas pelo Governo para a prevenção e combate da COVID-19.

1.3.2. Objetivos Específicos

De forma específica, a pesquisa pretende:

- Descrever o ambiente no qual a Secretaria Distrital de Marracuene implementou as medidas de prevenção e combate a COVID-19;
- Identificar as práticas, representações e intervenientes dos funcionários e agentes do Estado no combate a COVID-19 na Secretaria Distrital de Marracuene; e
- Analisar as racionalidades dos funcionários e agentes do Estado em relação as medidas de prevenção a COVID-19.

1.4. Justificativa

Em termos de justificativa, este trabalho, por se focalizar em aspetos de medidas decretadas pelo Governo, que são políticas, teve uma abordagem antropológica na área

das políticas públicas. A Antropologia das Políticas Públicas é essencial nesta pesquisa porque permitiu compreender como é que as políticas públicas e processos governamentais, neste caso as medidas de prevenção e combate a Covid-19, são vivenciados e interpretados por pessoas a nível local da sua implementação.

Shore e Wight (1997) afirmam que o foco da Antropologia das Políticas Públicas é simultaneamente amplo e restrito. É entendido como amplo na medida em que o seu objetivo é explorar a compreensão de como o Estado relaciona-se com o local e as populações; e no sentido restrito, o seu foco etnográfico tende privilegiar o objetivo de compreender como as políticas públicas e os processos governamentais são vivenciados e interpretados por pessoas a nível local.

Wedel (2005) afirma que neste exercício, pouco interessa para a Antropologia a definição do que é Política Pública, preocupando-se mais em questionar ou compreender o que é que se faz ou o que é que as pessoas fazem em nome das Políticas Públicas.

A Antropologia das Políticas Públicas é relevante nesta pesquisa porque permitiu compreender as práticas representações e significados dos funcionários e agentes do Estado da Secretaria Distrital de Marracuene em relação as medidas de prevenção contra a COVID-19.

1.5. Estrutura do Trabalho

O trabalho está organizado em sete partes. A introdução que constitui o primeiro capítulo. No segundo capítulo temos a revisão da literatura mostrando diferentes perspetivas que analisam o impacto da COVID-19 no funcionamento de instituições públicas. No terceiro capítulo apresentamos o enquadramento teórico que orienta esta pesquisa. O quarto capítulo é dedicado a metodologia, onde explicamos a forma como ocorreu a pesquisa de campo e a obtenção de informações para a pesquisa, bem como as técnicas usadas na recolha dos dados e reflexão sobre os constrangimentos enfrentados durante a realização da pesquisa. No quinto capítulo apresentamos a descrição do Distrito de Marracuene e caracterização da Secretaria Distrital de Marracuene. No sexto capítulo apresentamos os resultados da pesquisa sobre as informações recolhidas. Por fim apresentamos as conclusões do trabalho.

CAPÍTULO II: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta a metodologia usada para a elaboração deste trabalho antropológico sobre as práticas, representações e significados sobre as medidas de prevenção no combate a nova pandemia de COVID-19, na Função Pública concretamente na Secretaria Distrital de Marracuene.

Para a realização deste trabalho utilizou-se a abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa permitiu compreender as práticas, representações e significados dos funcionários da secretaria distrital de marracuene inerentes a implementação das medidas de prevenção e combate a Covid-19.

A pesquisa baseou-se no método etnográfico. A escolha deste método para pesquisa foi devido a possibilidade que este método oferece na realização de uma pesquisa baseada no contacto direto com os informantes. Para Gil (1999) o método etnográfico é uma forma de nos aproximarmos da realidade que nos propomos estudar e entender, num mergulho profundo e prolongado na vida quotidiana desses outros que se pretende apreender e compreender.

O trabalho foi realizado em três etapas, a saber: a primeira etapa consistiu na pesquisa bibliográfica e documental, com base na análise de artigos científicos, publicações diversas existentes nas Bibliotecas da Cidade de Maputo, nomeadamente: Biblioteca Central Brazão Mazula da UEM, Centro de Estudos Africanos, Biblioteca Municipal e a Biblioteca do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) da UEM. A segunda etapa do trabalho consistiu na pesquisa de campo onde recolheram-se dados no terreno, que decorreu na Secretaria Distrital de Marracuene, na Província de Maputo. Esta pesquisa foi realizada entre os meses de Janeiro a Março de 2021. Na terceira etapa realizou-se a organização, a leitura, a interpretação e análise das informações recolhidas.

2.1. Técnicas de Recolha de Dados

Para a recolha de dados foram usadas técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, observação direta e entrevistas semi-estruturadas dirigidas aos funcionários e agentes do Estado da Secretaria Distrital de Marracuene.

2.1.1. Pesquisa Bibliográfica e Documental

Para Marcone e Lakatos (1991), a pesquisa bibliográfica ou de fonte secundária abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e áudio visuais. A sua finalidade é colocar o pesquisador em contacto direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre o assunto em estudo.

A pesquisa bibliográfica foi importante por fornecer informações sobre decretos e documentos oficiais sobre a pandemia da COVID-19 no país e no mundo, que levou a implementação de medidas de prevenção e combate a COVID-19 no sector Público.

A pesquisa documental está restrita a documentos escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em facto ou o fenómeno que ocorre. A informação foi recolhida nas seguintes bibliotecas: Biblioteca Central Brazão Mazula da UEM, Centro de Estudos Africanos, Biblioteca Municipal e por fim Biblioteca do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) da UEM.

2.1.2. Observação Direta

Lakatos e Marconi (1991), ensinam que a observação é uma técnica de coleta de dados que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspetos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar factos ou fenómenos que se desejam estudar. As autoras sustentam que a observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento.

A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter prova a respeito de objetivo sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam o seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contacto mais direto com a realidade.

Segundo Quivy e Campenhoudt (2005), a observação direta constitui método de investigação social que capta determinados aspetos da realidade no momento em que eles se produzem e em si mesmo, sem a mediação de um documento ou de um testemunho, onde o próprio investigador procede diretamente a recolha das informações.

A observação direta ocorreu no edifício da Secretaria Distrital de Marracuene. Esta observação possibilitou a obtenção de informações sobre o objeto de estudo. Dessa forma, a pesquisa de campo permitiu ter acesso às práticas, às crenças e a voz dos sujeitos em estudo.

2.1.3. Entrevistas Semi-estruturadas

Segundo Gil (1999), a entrevista semi-estruturada é uma técnica que supõe que o pesquisador faz perguntas pré-estabelecidas que considera principais a partir de uma relação fixa de perguntas, podendo elaborar novas perguntas que tornem as respostas mais completas.

Para Marcone e Lakatos (1991), a entrevista semi-estruturada é uma conversa com questões dirigidas ao entrevistado, onde há flexibilidade na resposta às perguntas e não há rigidez na sequência das questões, o que deixa o entrevistado mais a vontade para responder as perguntas, e dar o seu parecer sobre um assunto específico. As entrevistas semi-estruturadas permitem ao pesquisador ter a liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequado.

As entrevistas foram realizadas na Secretaria Distrital de Marracuene, local de trabalho dos funcionários e agentes do Estado que tiveram a experiência de trabalhar dentro dos moldes de mitigação a COVID-19.

Para ter acesso aos informantes da pesquisa solicitamos autorização da estrutura local, apresentando credencial fornecida pela UEM. A escolha desse grupo alvo deveu-se à facilidade de conseguir a permissão para a realização da pesquisa neste local, e também pela proximidade com alguns funcionários e agentes do Estado da instituição.

Desta forma, as entrevistas decorreram nos gabinetes dos funcionários, enquanto estes trabalhavam e em alguns momentos, eram interrompidas. Outras decorreram do lado de fora da Secretaria, bem próximo da janela de atendimento aos utentes.

A análise dos dados foi feita em três fases, com base nas respostas fornecidas pelos informantes. Primeiro, transcrevi as informações fornecidas pelos informantes, segundo agrupei as respostas similares e contraditórias dos informantes. Terceiro, organizei as

respostas de acordo com as perguntas feitas. Esta fase permitiu selecionar informações consideradas essenciais para a pesquisa.

2.3. Perfil dos Participantes da Pesquisa

A recolha de dados decorreu na Secretaria Distrital de Marracuene, e contou com a participação de 27 funcionários, dos quais 18 são do sexo masculino e 9 do sexo feminino, com a faixa etária compreendida entre 25 à 46 anos de idade. Dos funcionários entrevistados 17 tem a naturalidade de Maputo, 6 funcionários tem a naturalidade de Gaza, 2 funcionários tem a naturalidade de Inhambane, 1 funcionário tem a naturalidade de Xai-xai e 1 funcionário tem a naturalidade de Chokwé. E temos 11 funcionários que residem no município de Maputo, 3 funcionários que residem no município da Matola e 13 funcionários que residem em Marracuene.

A pesquisa contou com a participação de funcionários dos quais 8 tem nível superior académico, 13 funcionários com nível técnico médio e 6 funcionários com nível médio geral. Todos os funcionários que participaram da pesquisa foram informados sobre os objetivos da mesma, bem como sobre a segurança em relação a confidencialidade e garantia do anonimato, por conta disso, iremos usar nomes fictícios. Por outro lado, foi previamente esclarecido que ao responder ao questionário estariam a consentir livremente a utilização da informação por eles prestada para produção deste trabalho.

2.4. Lições do Trabalho de Campo

A experiência de pesquisa antropológica de políticas públicas como foi esta pesquisa, permitiu extrair lições do trabalho de campo. Com efeito, enquanto decorria o processo de recolha de dados, passei por três situações que dificultaram o processo de recolha de dados. A primeira foi a demora da autorização para iniciar com a pesquisa, após a submissão da credencial da UEM pedindo autorização para o efeito. Tive que esperar duas semanas pela resposta, porque o Chefe da Secretaria encontrava-se doente. Na Secretaria Distrital de Marracuene sendo uma instituição pública existe um processo burocrático para recolher os dados.

Este aspeto mostrou o desafio de fazer pesquisa no campo das políticas públicas. Para superar este obstáculo, procurei um conhecido que trabalha na Secretaria Distrital de Marracuene, que facilitou-me contactos com os participantes desta pesquisa. A partir destes contactos iniciei conversas informais enquanto aguardava o despacho da credencial. Com o despacho da credencial iniciei conversas formais e observações directas na Secretaria.

A segunda situação diz respeito a disponibilidade dos funcionários e agentes do Estado para conceder uma conversa durante as atividades dentro da instituição. Dexter (1970) e Whyte (1960) sugerem que o pesquisador deve elaborar regras apropriadas para facilitar a entrada e estratégias de coleta de dados que são eficazes sem violar as normas deste ambiente. Para superar essa dificuldade, e seguir o conselho dos autores, marquei entrevistas com os funcionários fora da instituição. Este constitui um desafio metodológico no campo da Antropologia das Políticas Públicas, onde a conversa fora da instituição foi uma estratégia encontrada para recolher os dados. E neste caso, permitiu ter acesso a dados que eram difíceis obter na instituição.

A terceira situação ocorreu durante o processo da recolha de dados, em que os entrevistados recusavam a realização de entrevistas, alegando a necessidade de manter o distanciamento físico. No campo da Antropologia das Políticas Públicas sugere-se que o Antropólogo deve criar estratégias para recolha dos dados. A Antropologia toma como certo que grande parte de sua informação mais útil só pode ser obtida através de "informantes" confiáveis. Em alguns participantes do trabalho, quando eu aproximava para fazer a respetiva entrevista alegavam possibilidade de haver contaminação da COVID-19. Para contornar esta dificuldade, tive que proceder via chamada telefónica, com alguns dos entrevistados.

CAPÍTULO III: REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo analisaremos a literatura sobre o impacto da COVID-19 no funcionamento de instituições públicas. Na literatura examinada identificamos três perspectivas sobre o tema. A primeira analisa as desigualdades sociais, pobreza e populações vulneráveis em tempos de COVID-19; a segunda analisa as políticas públicas na contenção da propagação e mitigação da COVID-19; e a terceira focaliza-se nas manifestações sócio comportamentais inerentes às medidas de prevenção da COVID-19.

3.1. COVID-19, Desigualdades Sociais e Pobreza

A primeira perspectiva de análise que apresentamos nesta revisão de literatura diz respeito aos estudos que analisam os impactos da COVID-19 nas desigualdades sociais e na pobreza das populações vulneráveis. De acordo com Blanco e Sacramento (2021) no início da epidemia de Sars-CoV-2 no Brasil, o aumento exponencial da fome era visto como uma de suas mais impactantes consequências, em decorrência dessa constatação, a narrativa em torno dos desdobramentos socioeconômicos da pandemia foi construída a partir da oposição entre a manutenção da sobrevivência através do acesso à comida. Desta forma, as principais atividades econômicas familiares e a proteção contra o vírus através das medidas de isolamento restritivo. Com o decorrer da pandemia o questionamento “morrer de vírus ou morrer de fome” era constante em algumas narrativas estatais.

Ainda de acordo com os autores acima citados, a relação COVID-19 e a fome é mais estreita do que se pensa e vai além das implicações econômicas tão mencionadas pelas mídia, ela é um problema real no Brasil e, mais ainda, sendo “o governo da fome” um processo definido da governamentalidade brasileira, se tornou evidente que não era possível começar a entender a produção da epidemia do novo coronavírus no Brasil sem levar em consideração as estruturas pré-existentes (Blanco e Sacramento, 2021). Os autores compreendem a fome como um elemento constituinte da pandemia da COVID-19.

Esta perspectiva de análise também é defendida por Granada *et al* (2021). Eles analisam as condições sociais e de saúde de imigrantes que trabalham nos frigoríficos de carnes e derivados nos municípios do interior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina no contexto da pandemia de COVID-19.

De acordo com Granada *et al* (2021), parcelas da população encontram-se impossibilitadas de manter as orientações de distanciamento e aderir ao confinamento, restringindo a circulação e não aderem as medidas ou programas necessários à sua proteção, e desta forma tornam-se ainda mais vulneráveis à infecção e ao adoecimento pelo coronavírus.

A vulnerabilidade pode ser entendida a partir de duas dimensões. A primeira é programática, que se refere às políticas e nos permite compreender a realidade das pessoas. A vulnerabilidade programática a que estão sujeitas parcelas da população se materializa na falta de investimentos no Sistema Único de Saúde e nas diferentes formas de privatização da saúde. A situação de vulnerabilidade programática poderá ser reduzida com políticas de proteção social, principalmente aquelas mais diretamente ligadas ao papel do Estado como mediador das relações sociais e não de defesa dos interesses do capital, a exemplo dos programas urgentes de garantia de renda, segurança alimentar, continuidade do trabalho formal com a implementação de trabalho remoto, adiantamento de férias (Blanco e Sacramento, 2021).

Uma segunda dimensão da vulnerabilidade que merece destaque é a dimensão social, pois grupos populacionais que já enfrentam historicamente uma trajetória de violação de direitos, sentiram os efeitos da infecção pelo novo coronavírus e do adoecimento pela COVID-19 de forma mais devastadora. Assim, gênero, raça e geração configuram-se em elementos centrais para entender a situação complexa das vulnerabilidades de grupos particulares quanto à possibilidade, ou não, de manter a quarentena.

Nesta primeira perspectiva os autores compreendem a fome como um elemento constituinte da pandemia, na medida em que estes estão condicionados ao vírus devendo seguir com as medidas impostas como as de prevenção contra o vírus. O que não tem sido possível porque trata-se de uma camada da população que já se encontrava em situação de vulnerabilidade. Esta população que depende do desempenho do comércio informal que é exercido nos mercados, nas avenidas da cidade bem como nas ruas da periferia. Esta atividade que os coloca em total exposição ao vírus, mas que para eles é inevitável pois se não exercem esta atividade não comem, pois, a sua renda é diária. O déficit no sistema de saúde em garantir um atendimento pronto para esta população condiciona a não realização de testes contra a COVID-19 para esta camada.

3.2. COVID-19 e políticas públicas de prevenção e combate

A segunda perspectiva analisa as políticas públicas de prevenção e combate da COVID-19. Esta perspectiva é representada por autores como Franca de Lima (2021), Menezes *et al* (2021) e Natália Koga (2020). Em meio a pandemia da COVID-19, Franca de Lima (2021) publica um artigo no qual faz a sistematização de algumas das consequências relativas ao acesso aos serviços de saúde, a leitos e à progressão do adoecimento.

Desta feita, a autora afirma que há uma necessidade de considerar as políticas públicas de prevenção e combate, especialmente, em contextos de extrema precariedade de direitos e acesso aos serviços públicos e de saúde, uma vez que, determinados grupos e sectores sociais estão, mais do que outros, expostos ao risco e não somente em termos epidemiológicos (Franca de Lima, 2021).

O combate da pandemia da COVID-19 passa por uma elaboração de políticas públicas capazes de resolver problemas enfrentados por certos grupos sociais tidos como de risco, grupos como de mulheres, para as quais o isolamento social representa, por vezes, risco de violência doméstica e sobrecarga dos cuidados domésticos, familiares e as vulnerabilidades de pessoas em situação de rua ou moradoras de área com infra-estrutura insuficiente. As políticas públicas devem ser capazes de ir além das soluções consideradas básicas, como a orientação de lavar as mãos e a reclusão em um lar, resolver problemas estruturais que dificultam o combate a pandemia da COVID-19. (Franca de Lima, 2021).

Natália Koga (2020) analisa os instrumentos de políticas públicas para o combate do vírus da Covid-19. O escopo da pesquisa deteve-se em analisar a reação normativa do executivo federal e o arranjo de instrumentos de políticas públicas mobilizados para o enfrentamento da pandemia global. Os dados empíricos revelaram lentidão na reação do poder executivo federal em comparação aos marcos nacionais e internacionais da progressão da disseminação da doença, assim como às ações empreendidas pelos governos estaduais, especialmente no que se refere àquelas voltadas à prevenção da disseminação.

No campo sanitário, o esforço principal no período analisado foi em medidas emergências relacionadas à preparação do sistema de saúde para o tratamento dos já infectados. No entanto, quanto às medidas de prevenção da disseminação do vírus, os dados indicam

poucos instrumentos propostos. Medidas federais no campo económico e social estão em debate em sua interação sistémica com o campo sanitário, mas chama atenção a inexistência de normas publicadas, no período analisado, voltadas ao amparo dos cidadãos mais vulneráveis economicamente e socialmente diante da crise (Koga, 2020).

Outro autor que corrobora com esta perspectiva é Menezes (2021), que faz uma análise das políticas públicas de prevenção e combate da COVID-19. Num artigo intitulado “Painéis comunitários: a disputa pela verdade da pandemia nas favelas cariocas” a autora dedica-se a descrição e análise da experiência dos painéis comunitários de mapeamento da COVID-19 organizados por moradores de favelas da cidade do Rio de Janeiro. Para esta autora, esses painéis são dispositivos que quantificam a extensão e a intensidade da pandemia nesses territórios, apresentando arranjos diversos que envolvem dados produzidos por moradores, serviços de saúde ou órgãos públicos.

Menezes (2021) afirma que a falta de transparência na divulgação dos dados sobre o novo coronavírus gerou grande desconfiança e preocupação entre lideranças, por isso, iniciaram levantamentos próprios. Assim, surgiram os primeiros painéis comunitários de monitoramento do número de pessoas infetadas e de óbitos nessas localidades. Essas iniciativas apresentam-se como um dos desdobramentos circunstanciais possíveis de diferentes experiências políticas forjadas nos últimos anos por organizações e coletivos de favelas no sentido de produzir dados e informações próprias sobre suas vivências.

As incertezas sobre os dados de mortalidade e contágio em função da COVID-19 dificultam a implementação de políticas eficazes para impedir a disseminação do novo coronavírus por diferentes territórios. Com tudo, tais incertezas, não surgem pela incapacidade dos profissionais da saúde, pesquisadores(as) e ativistas em mapear e oferecer soluções para a situação, mas de um arranjo político.

No que diz respeito as políticas de prevenção e combate a COVID-19 com a explanação dos autores, compreendemos que algumas políticas adotadas são ineficazes para o contexto moçambicano, como o caso do sector dos transportes, as medidas de prevenção da lotação nos autocarros e transportadores semi-coletivos onde alguns cumprem com a recomendação de não lotação e outros não, mas isto devido a demanda da população e a falta de transportes. Algumas políticas são impostas sem olhar para a realidade do país,

pois temos alguns grupos ou sectores sociais que estão em situação de risco, ou mais expostos ao risco em relação aos outros. E para estes, algumas políticas de prevenção e combate significam a perda de emprego em algumas instituições que tiveram de ser encerradas devido ao cumprimento de medidas de combate. E desempregado segue a outras alternativas que é o comércio informal.

3.3. COVID-19 e as manifestações culturais

A última perspetiva de análise dedica-se a explicar de que forma as medidas de contenção da COVID-19 foram recebidas pela população que se viram obrigadas a adotar novas formas tais como o uso das máscaras, a lavagem constante das mãos e o isolamento social. Nesta perspetiva de análise encontramos autores como Mónica Frederico e Cristiano Matsinhe (2020), Carol de Oliveira Abud e Luciano de Souza (2020).

Frederico e Matsinhe (2020) fazem uma análise dos fatores de resistência ou apatia à aceitação da adoção das medidas de contenção da pandemia da COVID-19 impostas pelo estado de emergência, através do Decreto Presidencial nº 12/2020, de 30 de março, cuja ratificação decorreu ao abrigo do artigo 3 da Lei n.º 1/2020, de 31 de Março. Através deste decreto, foram promulgadas medidas urgentes de exceção, concebidas para prevenir e mitigar a propagação da COVID-19. Essas medidas incluem a proibição de eventos públicos e privados, a suspensão de cultos religiosos em coletivo, determinação de um novo horário de funcionamento dos mercados, limite de número de passageiros nos transportes coletivos, entre outros.

Apesar das várias medidas adotadas pelo Estado de Emergência, verificou-se na Cidade de Maputo um aumento acentuado do número de casos de COVID-19 no país e, de acordo com os autores supracitados, esse aumento deve-se a inobservância das medidas de prevenção. Essa inobservância ou resistência deve-se a fatores como a economia informal, estrutura urbana e periurbana, estrutura e rede de transportes, e os fatores comportamentais. Embora a maioria da população tenha consciência de ser suscetível a contrair COVID-19 e da gravidade que esta pandemia representa, parte da população urbana e periurbana ainda não segue de forma rigorosa as medidas anunciadas para prevenir a infeção e propagação da Covid-19 (Frederico e Matsinhe, 2020).

A óptica dos autores na "situação vivenciada por todos em tempos de pandemia declarada pela OMS, o indivíduo está obrigado a adotar medidas que possam colaborar com a redução da propagação da COVID-19. A controvérsia eventualmente existente consistiria em considerar a imposição do uso de máscaras em ambientes públicos ou colectivos como intrusão nos direitos fundamentais de liberdade dos cidadãos". Neste caso, o interesse individual pode sofrer limitação em face do interesse coletivo na presente configuração. O direito é mais que a proteção do interesse, é o interesse propriamente protegido e, com isso, o Estado encontra amparo mais que suficiente para obrigar a submissão da vontade do indivíduo à obrigatoriedade do uso de máscara.

Nesta terceira perspetiva, os autores explicam como a população recebe as medidas de combate a COVID-19. Nesta explicação, constata-se que há uma certa resistência por parte da população em seguir com as recomendações de combate e prevenção que em alguns casos, é por questões de sobrevivência própria. Não tem como cumprir com o recolher obrigatório e o isolamento social se este mesmo grupo social não tem o que comer nas suas casas. O uso de máscaras é cumprido pela maioria das pessoas na sociedade.

Este trabalho enquadra-se nesta última perspetiva e busca compreender as representações e significados adotados pelos funcionários da Secretaria Distrital de Marracuene, no contexto de prevenção e combate à pandemia da COVID-19.

CAPÍTULO IV: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Neste capítulo apresentaremos o enquadramento teórico que orientou este estudo. Nesta pesquisa usamos a teoria interpretativa de Clifford Geertz (1989) e fenomenológica construtivista de Berger e Luckmann (2004).

O modelo “interpretativo” de Geertz (1989) consiste em captar a teia de significados que as pessoas em um determinado contexto produzem nas suas múltiplas relações, através da descrição densa que é o método etnográfico. É nesse contexto que procuramos compreender o que é que as pessoas pensam sobre as medidas de prevenção e qual é o significado que atribuem a elas.

Geertz (1989) defende que as pessoas em um dado contexto produzem múltiplos significados sobre as coisas e, só elas fazem sentido quando são vividas. A teoria interpretativista considera que perante factos culturais a interpretação é a única forma de torná-los descritíveis. Geertz (1989) explica que os fenómenos sociais são sinais, mensagens, textos que são interpretados pelos estudiosos. Esses sinais e mensagens correspondem ao que o grupo considera realidade e esta mesma realidade serve de dado perante o qual o antropólogo pode ter acesso para interpretá-lo através da observação.

O autor explica que para compreender o que o ser humano faz, é necessário entender uma ação dentre de várias outras e localizá-las, ou caracterizá-la. Geertz (1989) permite-nos perceber a necessidade de envolvimento com o pesquisado para que possamos aferir sobre sua realidade com certa legitimidade.

A teoria fenomenológica construtivista concebe a realidade como conjunto de fenómenos que acontecem no mundo independente da vontade do indivíduo. Contudo, o conhecimento ou o saber que os indivíduos formam em torno da realidade é baseado na interpretação que fazem dela, que garante a certeza de que os fenómenos são reais e possuem características específicas (Berger e Luckmann, 2004).

A realidade interpretada consiste na relação existente entre o pensamento e o contexto social no qual o indivíduo está inserido. Assim, o mundo de vida surge como um espaço social importante no qual os atores sociais estabelecem relações entre si e partilham os seus conhecimentos de forma a comungarem as mesmas crença e valores. Este mundo da vida quotidiana não é tido apenas como uma realidade garantida pelos membros vulgares

da sociedade, é também um mundo com origem nos seus pensamentos e ações através das quais a realidade se mantém. Por isso é que apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente de ideias (Berger e Luckmann, 2004).

A realidade da vida quotidiana apresenta-se como um mundo intersubjetivo em que o indivíduo partilha com os outros membros da sociedade. Essa intersubjetividade diferencia a vida quotidiana de outras realidades, das quais ele tem consciência.

A partir destes pressupostos da teoria construtivista, procuramos perceber como é que a COVID-19 surge como uma realidade sujeita a interpretação dos indivíduos, carregada de significados e crenças. Interpretações estas que fazem com que ela surja como uma realidade social garantida e subjetivamente dotada de sentido para os indivíduos inseridos num determinado contexto social, e neste caso a Secretaria Distrital de Marracuene.

CAPÍTULO V: DESCRIÇÃO DO DISTRITO DE MARRACUENE, CARACTERIZAÇÃO DA SECRETARIA DISTRITAL DE MARRACUENE E A SITUAÇÃO EPIDIMIOLOGICA DO DISTRITO

5.1. Descrição do Distrito de Marracuene

O Distrito de Marracuene localiza-se na Província de Maputo, a 30km a norte da Cidade de Maputo e tem aproximadamente uma latitude de 25°41'20''Sul e longitude de 32°40'30'' Este. Tem como limites, a norte o Distrito de Manhiça, a sul a Cidade de Maputo, a este o Oceano Índico e a Oeste o Distrito de Moamba e a Cidade da Matola. Segundo o Censo Geral da População de 2012, o Distrito de Marracuene possui uma superfície total de 697 Km² e população de 118.949 habitantes (Ministério de Administração Estatal, 2005).

O Distrito é composto por dois Postos Administrativos, nomeadamente, Marracuene-Sede e Machubo. O Posto Administrativo de Marracuene-Sede compreende a Localidade Sede, Michafutene, Macaneta, Matalane e Ngalunde; enquanto o Posto Administrativo de Machubo é constituído pelas localidades de Macandza e Thaúla (Ministério de Administração Estatal, 2005).

O Distrito de Marracuene é atravessado pela Estrada Nacional n°1 de Maputo que permite a comunicação com a cidade de Maputo a Sul e o Distrito de Manhiça a Norte. Possui uma estação de caminho-de-ferro, que serve a comboios de carga e de passageiros em trânsito na linha férrea de Maputo-Chicualacuala-Zimbabwe (linha do Limpopo). Localmente, o trânsito fluvial liga a Sede do Distrito a localidade do Macaneta. O distrito é servido pela rede de telecomunicação fixa do país (TDM) e pelas três redes Móveis (Mcel, Vodacom e Movitel) (Ministério de Administração Estatal, 2005).

A base da economia do distrito de Marracuene é a agricultura, tendo como principais culturas as hortícolas, milho, arroz, mandioca, batata-doce e bananas. A população de Marracuene pratica agricultura de subsistência. A outra atividade praticada no Distrito é a pesca, comércio e a indústria (Ministério de Administração Estatal, 2005).

5.2. Secretaria Distrital de Marracuene: Organização e funcionamento

Nesta secção apresentamos a organização da Secretaria Distrital de Marracuene. De acordo com o artigo 41, da Lei 8/2003, de 19 de Maio, a Secretaria Distrital é o Órgão do Aparelho Distrital encarregue de prestar a assistência técnico-administrativo ao Governo Distrital. Trata-se do órgão coordenador das atividades de todos os sectores do distrito e faz a articulação com outras instituições da sociedade, tais como Organizações Não-Governamentais, organizações políticas, da sociedade civil e o sector privado. Em suma, a Secretaria Distrital é o interlocutor médio situado entre a base e o topo (serviços distritais e o GD).

A Secretaria Distrital é dirigida pelo Secretário Permanente Distrital. Entre as competências da Secretaria Distrital constata-se que é responsável pelo processamento de salários, ajudas de custos, bolsas de estudos, progressões, promoções, mudanças de carreiras, provimento de cargos de direção, chefia e ou confiança, controlo e outras beneficiações dos funcionários afetos no Gabinete do Administrador, nas Secretarias das unidades territoriais do Distrito, isto é, Postos Administrativos e Localidades.

De acordo com a Resolução 4/2006, de 20 de Dezembro, a Secretaria Distrital compreende: (i) a Secretaria Comum; (ii) a Repartição de Planificação e Desenvolvimento Local; (iii) a Repartição de Finanças e (iv) a Repartição de Administração Local e Função Pública.

5.2.1. Secretaria Comum

Cabe à Secretaria Comum, entre outras funções de administração interna, realizar o registo e controlo da circulação de expediente e documentos, organizar a documentação e informação necessária ao funcionamento da mesma. Significa, em outras palavras, que a Secretaria Comum ao receber os documentos que dão entrada, após o registo segundo os assuntos, deve encaminhar às devidas repartições, assim como regista os documentos saídos. Para estas tarefas, dos seus membros espera-se que sejam dotados de conhecimentos específicos de gestão de informação para o devido encaminhamento e armazenamento de documentos.

5.2.2. Repartição de Planificação e Desenvolvimento Local

As funções da Repartição de Planificação e Desenvolvimento Local compreendem, entre outras, as de elaborar o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito e as propostas de Plano Económico e Social e Orçamento do Distrito, de promover o desenvolvimento do território, de preparar os relatórios de análise de atividades e da situação política, económica e social do distrito, de assegurar o cumprimento do programa de finanças descentralizadas e de acompanhar o funcionamento dos CCL.

Pretende-se que a RPDL assessore em primeiro lugar ao SPD em matéria de planificação participativa, os documentos a serem apresentados nas sessões do governo sejam atempadamente preparados.

5.2.3. Repartição de Finanças

A Repartição de Finanças (RF) tem as funções de garantir a execução do Orçamento do Estado no distrito; observância das normas dos inventários e contas anuais; elaborar as propostas do Orçamento do GD e organizar os processos de aquisição, manutenção e abate dos bens do Estado (artigo 5).

Espera-se que a RF monitore todos processos de execução orçamental dos serviços distritais incluindo a SD assim como deve monitorar os processos de recolha de receitas. Para estas tarefas é necessário que os seus membros sejam dotados de conhecimentos profundos de contabilidade pública ou áreas afins. A sua interlocução, regra geral, é com os gestores da área das finanças dos serviços distritais.

5.2.4. Repartição Administração Local e Função Pública

A Repartição Administração Local e Função Pública (RALFP) visa, entre outras funções, garantir a assistência técnica e administrativa necessária ao funcionamento do GD; garantir a assistência técnica e administrativa aos postos administrativos, localidades e povoações; realizar a gestão dos recursos humanos do quadro de pessoal privativo do distrito; realizar a planificação da formação, distribuição e aproveitamento dos funcionários pelos serviços distritais, postos administrativos, localidades e povoações, bem como pelas unidades económicas e sociais subordinadas; dinamizar o processo de treinamento em administração pública para elevar o nível de conhecimentos técnico-

profissional nos serviços distritais, etc. Esta repartição, como se pode ver, tem apenas uma dinâmica interna entre as instituições em termos de gestão do elemento mais sensível e particular.

Espera-se que neste sector estejam funcionários experientes, que tenham desenvolvido as capacidades de ouvir, que sejam sensíveis no tratamento dos colegas; sejam pacientes; que conheçam as normas que regem a Administração Pública; que tenham técnicas de comunicação a altura de corresponder as demandas internas como elemento chave da motivação institucional; que saibam gerir o conhecimento, as capacidades intelectuais e de talentos para o desenvolvimento institucional e que conheçam, além do mais, as normas de organização e gestão do pessoal como meio específico de redução de conflitos laborais.

5.3. Situação Epidemiológica do Distrito de Marracuene

Segundo o Ministério da Saúde o distrito de Marracuene teve o seu primeiro diagnóstico de Covid-19 a 18 de Maio de 2020, dando inicio assim a mais casos positivos que tiveram maior prevalência entre jovens e adolescentes. Que por dia registavam se de 7 a 8 casos positivos por transmissão local. Isto devido ao incumprimento das medidas de prevenção contra a Covid-19, de acordo com o coordenador do gabinete do provedor de justiça, consta a violação das medidas de prevenção no estabelecimento penitenciário distrital de Marracuene. Onde o destaque vai para o não uso da máscara pelos reclusos, facto que pode concorrer para o rápido alastramento do coronavírus, em caso de algum detento infetado. A não observância no distanciamento físico entre os reclusos, devido as pequenas dimensões das celas daquele estabelecimento reclusorio. O mesmo decorria no mercado do distrito de Marracuene a inobservância com as medidas de prevenção e combate a covid-19, o que culminava com um número de mais 45 casos positivos por mês. Outro factor determinante para este aumento de número de casos é o fluxo diário de entrada e saída de pessoas para a cidade de Maputo. No que concerne ao número de casos positivos de Covid-19 na Secretaria Distrital de Marracuene, os funcionários alegam que tiverem um caso positivo que não resulta de um uma transmissão local da Secretaria Distrital de Marracuene.

CAPÍTULO VI: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo apresentamos os resultados da pesquisa sobre as informações recolhidas. Primeiro começamos por analisar as práticas e representações dos funcionários e agentes da Secretaria Distrital de Marracuene em relação aos métodos de prevenção da COVID-19.

6.1. Práticas, Representações e Significados Adotados pelos Funcionários e Agentes da Secretaria Distrital de Marracuene em Relação aos Métodos de Prevenção da COVID-19

Para a contenção da COVID-19 foram adotadas ao redor do mundo diversos métodos de prevenção e combate à pandemia. Em Moçambique o Governo adotou métodos de prevenção que vão desde o distanciamento físico, a lavagem ou desinfecção das mãos e o uso de máscaras assim com a vacinação. No trabalho de campo por nós realizado, pudemos conversar com os funcionários e agentes do Estado da Direção Distrital de Marracuene e observamos as suas atitudes em relação as medidas de prevenção e combate a Covid-19 . E neste capítulo faremos uma análise detalhada das práticas, representações e significados construídos pelos funcionários e agentes do Estado na Secretaria Distrital de Marracuene sobre os métodos de prevenção da COVID-19.

6.1.1. Uso das máscaras

O uso de máscaras faciais foi uma das orientações da OMS no contexto da COVID-19. De acordo com a *Internacional Laboral Organization* (2021), a transmissão do SARS-CoV-2 ocorre principalmente quando uma pessoa infetada entra em contacto próximo com outra pessoa. A extensão na qual o vírus será transmitido entre colegas de trabalho depende da quantidade de vírus viável que está sendo espalhado e expelido por uma pessoa, o tipo de contacto que as pessoas têm entre elas, o local onde ocorre a exposição e quais medidas preventivas estão em vigor (Internacional Laboral Organization, 2021).

As máscaras faciais servem como uma barreira física. Elas evitam o contacto do trato respiratório com partículas virais suspensas em gotículas, secreções e aerossóis. E desta forma reduzem o risco de contaminação (Silveira *et al*, 2020).

Observamos o comportamento dos funcionários e agentes do Estado no que concerne ao uso de máscaras e constatei os seguintes aspectos: todos os funcionários e agentes do Estado traziam máscaras; as máscaras variavam de cores, forma, tipo de material de que são feitas e do formato. Muitos traziam máscaras que combinavam com as roupas, outros traziam máscaras feitas de tecido de capulana e máscaras cirúrgicas. Estas máscaras foram colocadas com o objetivo de conter a propagação da COVID-19 e de evitar a transmissão interpessoal do vírus. Mas o que acontecia é que nem sempre as pessoas obedeciam, e durante a observação foi possível ver algumas pessoas conversando nos escritórios sem máscaras. Elas só colocavam as máscaras sempre que atendessem os utentes ou quando recebiam visitantes.

Na Secretaria Distrital de Marracuene encontramos duas narrativas ligadas ao uso das máscaras, nomeadamente: a) a máscara como causa da falta de ar e sufoco e b) a dúvida em relação a existência da doença.

a) A máscara como a causadora da falta de ar e sufoco

A partir das entrevistas fornecidas pelos funcionários percebemos, que as máscaras foram concebidas como causadora da falta de ar e sufoco. Os informantes disseram ter dificuldades em respirar devido ao uso da máscara. Neste caso, o uso da máscara na Secretaria Distrital de Marracuene não foi obedecido e colocou em risco a propagação da COVID-19.

Em conversa com Leandro, que nos contou:

Tenho usado a máscara, adaptei-me ao novo normal, embora seja difícil portar a máscara por sufocar, coloco em lugares onde há movimentação, mas em algum momento tiro por me sentir a perder ar. Com o passar de tempo fui habituando o novo normal.

O depoimento acima é um exemplo das dificuldades que os entrevistados tinham no uso da máscara, neste caso, o uso da máscara foi recebido com algum receio por parte dos funcionários, porque segundo estes, a máscara causava algum desconforto na respiração, mas que com o tempo tornou-se parte do quotidiano dos mesmos.

b) O uso da máscara e a dúvida na existência da doença

Durante as entrevistas compreendemos que os entrevistados não compreendiam a COVID-19 como uma doença de alto nível contagioso, tanto que dispensavam o uso da máscara por não acreditarem na doença nos moldes em que foi anunciada. Durante as conversas alguns informantes dispensaram o uso da máscara e mesmo durante as atividades laborais não portavam as máscaras, isto porque não acreditam na informação existente acerca da doença como podemos constatar na entrevista com Camilo,

Nem sempre coloco a máscara, penso que existe a COVID-19, mas não nos termos em que foi publicada em termos de ser assustadora. Não me senti ameaçado ao ponto de portar sempre estas máscaras e a pessoa recupera sem medicação. Acho que aqui em África, Moçambique em particular, será difícil se alastrar essa doença.

Para o Ministério da Saúde a máscara é importante tanto para a pessoa portadora do vírus, como para a pessoa que não tem o vírus. Para a primeira, a máscara impede que espalhe o vírus para o ambiente ou transmite para outras pessoas quando fala, tosse ou espirra. Para a segunda, a máscara impede que ao respirar ou falar inale as gotículas existentes no ar contendo o vírus (MISAU, 2020).

Estes dados permitem perceber que apesar do Governo de Moçambique ter decretado a lei de uso obrigatório das máscaras na Função Pública, as pessoas resistiram por duvidar da existência da COVID-19. Quando houve a propagação da doença, a expectativa era que as pessoas usassem as máscaras. No entanto, estes dados permitem entender como é que as Políticas Públicas se relacionam com as populações, e como é que essas Políticas são vividas e percebidas ao nível local.

6.1.2. O Distanciamento Físico

Outro método de prevenção recomendado pelo Ministério da Saúde é o distanciamento físico, isso porque, o novo coronavírus é transmitido por gotículas de saliva e por contacto direto com pessoas ou superfícies contaminadas. Desta forma, cumprimentar as pessoas com abraço, aperto de mão, beijo ou qualquer outro tipo de contacto pessoal podem ser uma forma de transmissão (MISAU, 2020).

O contacto físico com uma pessoa infetada pode resultar na inalação ou inoculação do vírus pela boca, nariz e olhos. A recomendação é de não chegar muito perto da outra pessoa ao cumprimentá-la e permanecer a uma distância mínima de 1,5 metros em relação a outras pessoas (MISAU, 2020).

Em relação ao distanciamento físico constatei duas situações ligadas a esta: a) a dificuldade em manter o distanciamento físico no meio social e b) partilha de material de trabalho.

a) Dificuldade em manter o distanciamento físico fora da instituição

Com os dados desta secção foi possível compreender que os funcionários admitem não ter como cumprir com o distanciamento físico fora da instituição tendo dado como exemplo, o transporte público que é usado diariamente para a locomoção das pessoas, uma vez que dentro deste transporte as pessoas sentam próximas umas das outras e não há condições de higienização dentro destes.

No seu depoimento Américo conta-nos que:

Na instituição eu diria que é possível cumprir com o distanciamento, mas fora da instituição não na totalidade, porque há aglomeração nos meios de transporte, não há higienização das mão e não há condições para que os métodos sejam cumpridos na totalidade.

Neste caso, os funcionários da secretaria alegam ser possível cumprir com as medidas de prevenção dentro da instituição, mas fora da instituição dizem não haver condições para que as medidas sejam cumpridas na totalidade, tendo exemplificado com a questão dos transportes públicos nos quais não há nenhum tipo de distanciamento social.

Com estes dados percebemos que na instituição para os funcionários é possível manter o distanciamento mas fora dela não, o que foi possível perceber durante as observações que nem na instituição o distanciamento era cumprido, o trabalho decorria normalmente.

b) Partilha material de trabalho

Nas nossas observações, constatamos que no gabinete do Américo existe uma mesa, duas cadeiras, um cacifo e um computador de mesa que é partilhado por dois funcionários. Neste ambiente vimos que ambos exercem as suas funções sem cumprir com o distanciamento exigindo, que é o de 2 metros. E sempre que entrasse algum colega no gabinete destes, devido a falta de espaço, notava-se uma proximidade entre eles.

Quanto a este ponto Américo disse:

Já vínhamos compartilhando os objetos e instrumentos de trabalho antes de surgir a COVID-19. E é uma prática que ainda existe na instituição.

Estes dados mostram a forma como os funcionários reagiram em torno da introdução de medidas de prevenção da doença e os comentários anteriores mostram que as percepções que os funcionários e agentes do Estado construíram sobre a COVID-19 influenciaram na existência de fatores de risco de contaminação, visto que a visão que eles têm sobre a doença resultava das vivências e experiências que iam tendo com a pandemia ao longo das suas experiências diárias.

6.1.3. A lavagem das Mãos ou Uso dos Desinfetantes

O coronavírus é vulnerável a temperaturas elevadas acima de 26°C, ao sabão e a desinfetantes a base de álcool e cloro ou outro. Sendo assim, é recomendável a lavagem ou desinfecção das mãos com estes materiais. Este procedimento é recomendado sempre que voltar de locais públicos, tocar em qualquer objeto, cobrir a boca ou nariz com a mão quando tossir ou espirrar, depois de manusear a máscara, antes e depois de comer, antes e depois de ir à casa de banho, entre outros (MISAU 2020).

No que diz respeito a lavagem e desinfecção das mãos, entre os funcionários e agentes do Estado constatamos duas situações: a) a consciência de que se deve desinfetar as mãos e b) a dificuldade em desinfetar as mãos com frequência.

a) A consciência de que deve se desinfetar as mãos

Nos dados que recolhemos percebemos que existia entre os informantes a consciência de que se deve proceder com a desinfecção das mãos, e dos vários recursos que podem ser utilizados para a desinfecção das mesmas, e ainda a consciência de que estes procedimentos não devem somente serem feitos por eles mas pelas pessoas a volta, devendo haver uma sensibilização para que o vírus não se espalhe.

Américo conta-nos que:

Ao chegar a instituição e em casa, passo pela higienização das mãos que pode ser feita com água e sabão ou cinza, ou ainda álcool em gel e chamo a consciência a quem acha que não existe a doença.

Para além das mãos também é recomendável que sejam desinfetados diferentes superfícies como metal, alumínio, vidro, objetos de plástico, paredes de edifício, papel, madeira, cerâmica, silicone e vários outros objetos, para mitigar o vírus (MISAU, 2020). Por este motivo os funcionários e agentes do Estado precisavam não só desinfetar as mãos, mas também as superfícies e os objetos, que no caso específico dos funcionários e agentes do Estado da secretaria distrital incluíam matérias de trabalho como canetas, livros, papéis e *pen-drives*.

b) Dificuldade em desinfetar as mãos com frequência

Durante a pesquisa percebemos que havia dificuldade em desinfetar as mãos com frequência por parte dos funcionários. Estavam conscientes do dever de desinfetar, mas na correria das atividades rotineiras o que sucede é que a consciência já não chama atenção, para este ponto que é a desinfecção, que acaba ocorrendo uma vez a outra ou não. A atividade rotineira na instituição decorre de forma normal no que concerne ao uso e partilha de material de trabalho, que não passava pela desinfecção devida, não bastando desinfetar apenas as mãos, mas também o material partilhado que pode constituir um grande risco à saúde destes por ser um meio de propagação do vírus.

A Soraya revela:

A partilha de documentos e objetos é frequente e passa de sector em sector os , e em algum momento esqueço de desinfetar as mãos.

No entanto, acontece que os funcionários e agentes do Estado da Secretaria Distrital de Marracuene alegam fazer o uso do mesmo material que a instituição oferece sempre que possível para desinfetar, pois as vezes esquecem. Mas não foi o que constatamos durante as observações.

6.1.4. A Rotatividade das pessoas no trabalho

Incentivar o trabalho remoto por meio de uma série de intervenções tem sido a pedra angular da política de saúde ocupacional no contexto da COVID-19. Aproximadamente um terço de todas as políticas do local de trabalho listadas no banco de dados PHSM da OMS são direcionadas ao trabalho remoto.

Alguns Governos exigiram trabalho remoto de todos os funcionários Públicos não essenciais, ao passo que outros exigiram trabalho remoto obrigatório para todos os trabalhadores não essenciais. Também foram implementados sistemas de cotas para exigir trabalho remoto para pelo menos 70% de todos os trabalhadores. Quando não exigido, têm sido usado incentivos, orientação nacional e capacitação para encorajar o trabalho remoto (International Laboral Organization, 2021).

No que diz respeito a dinâmica da rotatividade na Secretaria Distrital de Marracuene, verificamos uma situação que está ligada a sobrecarga de trabalho para alguns funcionários e agentes do Estado.

Em conversa com Camilo que nos contou:

Para mim foi normal porque como chefe de secção não tenho direito a rotatividade como emana a lei, isso foi fácil e consegue cobrar dos colegas o cumprimento das metas e em caso de incumprimento eu terminava o trabalho porque tenho domínio de todas as áreas. Porém, tinha dificuldade em termos de recursos no diz respeito ao saldo, meigas para ligar aos funcionários que estavam em casa.

Camilo é mais um dos participantes do estudo que não foi abrangido pela rotatividade devido ao cargo de chefia, para ele, este sistema veio trazer à luz quem são os funcionários e agentes do Estado que exercem função dispensável e indispensável, pois para ele em meio a este sistema foram vários os que tomaram esta rotatividade como dias de descanso ou férias em casa, mas não para trabalho remoto ou trabalhar a partir de casa, o que os colocou numa situação de sobrecarga de tarefas por conta de alguns funcionários e agentes do Estado que não cumpriam com o trabalho.

6.1.5. Vacina Contra Covid-19

A vacina protege contra as formas graves da doença e reduzem o risco de morte causada pelo vírus ao ajudar o corpo a desenvolver defesas imunitárias. Ajuda também a reduzir a propagação do vírus entre as pessoas; portanto se uma pessoa optar por ser vacinada poderá salvar mais vidas segundo a OMS. As vacinas contra a Covid-19 podem provocar efeitos secundários, embora muitas pessoas não tenham reações. A grande maioria dos efeitos secundários são ligeiros e de curta duração segundo a Organização Mundial da Saúde.

No que refere a vacinação na Secretaria Distrital de Marracuene, segundo os funcionários e agentes do estado todos passaram pelo processo de vacinação temendo os efeitos da mesma.

Como referência o Francisco:

No ato da vacinação , todos os colegas tiveram de vacinar contra a covid-19, com ou sem medo dos efeitos... tivemos de vacinar.

6.2. Crenças, Opiniões e Perceções Sobre a COVID-19

A pandemia da COVID-19 trouxe impacto na vida dos indivíduos a nível global, chamando a atenção pelo alcance que teve e pela velocidade com a qual se disseminou (Sauza 2020). Modificou a forma como as pessoas e as instituições realizam as suas atividades diárias e isso por sua vez modificou relações sócio-económicas em todo o mundo. Mas de forma mais específica a COVID-19 modificou os hábitos, práticas e

comportamentos dos indivíduos no que diz respeito as práticas que podem aumentar ou diminuir a probabilidade da contaminação pelo vírus.

Pelo facto de a COVID-19 ter-se manifestado de formas distintas em diversos contextos e também pela diversidade de informações que chegavam de todos os tipos de mídia e redes sociais, as pessoas criavam suas próprias opiniões e crenças em relação a COVID-19, a suas origens, os seus sintomas e principalmente sobre a gravidade da própria doença. Conversamos com os funcionários e pudemos notar que, existiam dentro das instituições opiniões distintas sobre a própria doença.

Em conversa com Frederico, que nos contou:

Não acredito no número de mortes que são anunciadas diariamente, pois para mim esse vírus não pode ter-se adequadamente tão facilmente ao nosso habitat que é diferente da Europa. O vírus é transmissível por via respiratória, tal como a tuberculose e o vírus não se desloca por si só. Não acredito na eficácia dos métodos de prevenção, para mim deveriam existir pessoas a serviço da COVID-19 para a medição da temperatura, controlar os baldes que contêm água na entrada e para se certificar de que as pessoas passam mesmo por esse protocolo, o que não acontece. Não houve o preparo de pessoas para trabalhar com isso, só existe um decreto, mas não se cumpre com o mesmo aqui na instituição e as pessoas também. Por exemplo, temos o termómetro para a medição de temperatura que está guardado na gaveta porque não há quem possa estar para fazer o trabalho.

Os funcionários tiveram uma resistência na implementação das medidas de prevenção, como pode se perceber na conversa com Frederico, que não acredita que o vírus tenha-se alastrado da forma como se tem anunciado na mídia e isso levou a não cumprimento das medidas de prevenção decretadas. Para ele, existe uma doença, mas não tão assustadora ao ponto de se alarmar. Durante a entrevista ele não portava a máscara para mostrar que para ele não há necessidade de prevenir, além do mais, a recuperação, segundo ele, ocorre sem nenhum tipo de medição. Para este existe o que a lei emana apenas na prática e existe outra situação que não segue a lei.

A pesquisa revelou que estas medidas impostas acomodaram diferentes percepções que resultam das experiências individuais e coletivas do cotidiano. Seguindo o raciocínio de Wedel (2005), uma Política Pública pode ter diferentes manifestações dentro do mesmo contexto, isto partindo do pressuposto de que a mesma pode ser adotada sem resistência, pode sofrer resistência e pode ser manipulada, entre outras manifestações.

Estes dados permitem perceber que as pessoas sempre desenvolvem um conjunto de crenças, conhecimentos e percepções sobre uma determinada doença ou pandemia, e neste caso, os funcionários e agentes do Estado da Secretaria Distrital de Marracuene construíram suas percepções sobre a ocorrência desta doença.

Neste sentido, as constatações sobre a COVID-19 se refletem na forma como os mesmos se posicionam face ao risco de contrair a doença. E a persistência do comportamento em torno da COVID-19, com a forma como estes entendem e interpretam a doença. Em função das suas experiências práticas quotidianas em relação a COVID-19 e das suas interações uns com os outros, os nossos entrevistados constroem um conjunto de interpretações e representações da COVID-19.

Leandro revela que:

Entendo a COVID-19 como uma doença de fácil transmissão e tenho conhecimento de todos os métodos de prevenção e que a doença não tem cura, e que esta transmite-se a partir de gotículas de saliva. Para mim, o governo adota métodos que não se adequam ao país e este não cria condições para a população de modo a que se mantenha distanciada nos transportes públicos... esses métodos não anulam a possibilidade de contágio, aferindo que pode não ser contaminado na instituição pois cumprem-se os métodos, só que ao sair da instituição no trajeto para casa pode carregar consigo o vírus, pois nos chapas não existe nenhum tipo de distanciamento e a instituição não garante transporte para todos os funcionários...

A explicação do Leandro permite compreender que ele sabe como é transmitido o vírus, e da sua consciência com relação aos métodos de prevenção, sendo que afirma cumprir com estes no seu local de trabalho, algo que verificamos durante as nossas observações naquele sector que não tem ocorrido dessa forma. O incumprimento dos métodos fora da

instituição é atribuído ao Governo pela falta de condições de mobilidade para a população. Mas foi visível durante a nossa estadia no campo que mesmo estando na instituição, os métodos não são seguidos, pois a máscara de proteção em alguns momentos era retirada durante o trabalho em lugares onde estavam em um número de mais de 5 pessoas e fechado. Verificamos que não se cumprem com os métodos nem dentro da instituição assim como também fora dela durante a conversa.

Em conversa com Camilo que nos contou:

Eu tenho certeza que existe o vírus porque já tive oportunidade de conversar com pessoas que estiveram em estado grave e estão vivos graças a Deus. E todas as medidas impostas são nulas, pois no final do dia ir ao chapa onde terá o contacto direto com pessoas por mais de 30min que não acreditam que existe a covid-19 e tocar em partes metálicas logo, as medidas, ele as multiplica por zero. Eu só cumpro as medidas porque é lei, e não vejo nenhuma eficácia, por mim trabalharia sem máscara. Falo não como um técnico. Cumpro porque é o que a lei diz não porque isso seja eficaz de alguma forma, e o que nos mantém vivos não é cumprimento dos métodos, mas sim Deus, para quem é atribuída a graça.

Nesta entrevista o entrevistado tem consciência da existência da COVID-19 e de como é prevenido e ainda transmitida, mas não acredita que existe nos moldes em que foi divulgada pelas mídia e pelo Governo que seja tão assustadora. Durante essa estadia no campo percebemos que a instituição detém de todo o protocolo de desinfecção para os funcionários e agentes do estado e para os utentes, só não há quem faça o controle da mesma desinfecção, como é o caso da medição de temperatura que não é feita. E ainda de forma individual os funcionários e agentes do Estado foram atribuídos o álcool em gel para o uso individual durante o trabalho.

CAPÍTULO VII: CONCLUSÕES

O objetivo do presente estudo foi de analisar práticas, representações e significados sobre as medidas de prevenção da Covid-19 adotados pelos funcionários e agentes do Estado da Secretaria Distrital de Marracuene sobre a prevenção da COVID-19. De acordo com o objetivo da pesquisa, levantei a seguinte questão: *quais são as práticas, representações e significados sobre as medidas de prevenção adotadas pelos funcionários e agentes do Estado da Secretaria Distrital de Marracuene no contexto da implementação das medidas decretadas pelo governo para a prevenção e combate da COVID-19.*

Ao levantar este problema procurei trazer uma abordagem antropológica no estudo da COVID-19, enfatizando as representações e o comportamento dos funcionários e agentes do Estado da Secretaria Distrital de Marracuene em torno da pandemia de modo a entender as explicações e visões dos mesmos. Tomei em conta a forma como a Antropologia estuda a Política Pública, procurando compreender o que é que as pessoas fazem em nome das políticas públicas.

Para um estudo minucioso do fenómeno arrolado optei pela abordagem fenomenológica construtivista, na medida que parte de princípio que o contexto social e as interpretações que os indivíduos fazem dos fenómenos sociais são significativos para a construção da realidade social.

Os resultados revelam que durante a COVID-19 o Governo de Moçambique impôs várias medidas de prevenção da pandemia para a sua prevenção, como a lavagem das mãos, o uso obrigatório das máscaras, distanciamento social e a vacinação.

A reação dos funcionários foi diferente daquela que se tinha das expectativas no cumprimento das medidas de prevenção da COVID-19. O uso das máscaras tinha como objetivo conter a propagação da COVID-19 e de evitar a transmissão interpessoal do vírus, mas o que acontecia é que nem sempre as pessoas obedeciam pelo desconforto que a mesma causa, e durante a observação foi possível ver algumas pessoas conversando durante as atividades sem máscaras. Elas só colocavam as máscaras sempre que atendessem os utentes ou quando recebiam visitantes. Esta prática ocorria porque duvidam da existência da doença. Neste caso, o uso da máscara na Secretaria Distrital de Marracuene não foi obedecido.

Os resultados mostram ainda, que para os funcionários e agentes do estado da Secretaria Distrital de Marracuene só é possível cumprir com o distanciamento físico dentro da instituição, mas fora dela não, devido a dificuldade de locomoção, neste caso a falta de transportes o que leva ao aperto nos mesmos. Mas em contra partida esta situação mostra nos que nem mesmo dentro da instituição o distanciamento era cumprido, tendo isto como uma das práticas dos funcionários e agentes do estado. Assim como a desinfecção das mãos que só ocorria uma vez a outra, alegando que em alguns momentos esquecem. E todos os funcionários e agentes do estado passaram pelo processo de vacinação mesmo temendo os efeitos da mesma.

Estes dados permitiram perceber que apesar do Governo de Moçambique ter decretado várias medidas de prevenção na Função Pública, as pessoas resistiram por duvidar da existência da COVID-19. Quando houve a propagação da doença a expectativa era que as pessoas cumprissem com as medidas anunciadas. No entanto, estes dados permitiram entender como é que as Políticas Públicas relacionam-se com as populações e como é que essas políticas são vividas e percebidas a nível local.

Os funcionários tiveram uma resistência na implementação das medidas de prevenção, foi possível perceber que os funcionários não acreditavam que o vírus tinha-se alastrado da forma como se havia anunciado nas mídias e isso levou a não cumprimento das medidas de prevenção decretadas.

O estudo conclui que as práticas e as representações que os funcionários e agentes do Estado da Secretaria Distrital de Marracuene construíram sobre a COVID-19 influenciaram na determinação dos fatores de risco de contaminação, visto que a visão que eles tinham sobre a doença resultava das vivências e experiências que iam tendo com a epidemia ao longo das suas experiências diárias.

Referências bibliográficas

- Berger, Peter e Luckmann, Thomas. 2004. *A construção social da realidade*. Lisboa: Dinalivro.
- Blanco, Lis e Sacramento, Jonatan. 2021. “Pós-pandemia ou a endemização do extraordinário: Uma análise comparativa entre as experiências com a fome.” *Zica Vírus e Covid-19 no Brasil*, 62(3): 45-72.
- Franca De Lima, Abraao. 2021. “Análise comparativa das políticas públicas de combate a covid-19 das capitais Natal e João Pessoa”. Tese de licenciatura em geografia. Rio Grande do Norte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Geertz, Clifford. 1989. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Gil, Carlos. 1999. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 5ª edição. São Paulo: Atlas.
- Gomes, Cândida. 2020. “Crise do coronavírus e seus reflexos no clima organizacional de uma empresa de serviços gráficos em São Luis - Maranhão”. Tese de licenciatura em administração. Universidade Federal do Maranhão.
- Gudo, Eduardo et al. 2021. “A COVID-19 em Moçambique”: *Covid-19 em Moçambique Relatório do 1º Ano 2020-2021*. Maputo: Karingana, Pp. 16-17.
- Marshall, Catherine. 1984. “Elites, Bureaucrats, Ostriches, and Pussycats: Managing Research in Policy Settings.” *Anthropology and Education Quarterly*. 15(3): 235-251.
- Marconi, Mariana de Andrade e Lakatos, Eva Maria. 1991. *Fundamento de Metodologia Científica*. 5ª edição. São Paulo: Editora Atlas S. A.
- Oliveira, Cardoso de, R. 2006. “ O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever”. In *O Trabalho do Antropólogo*. São Paulo: Editora UNESP, Pp. 17-36.
- Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc Van. 2005. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Paris: Gradiva.
- Shore, Cris and Wright, Susan. 1997. “Policy: A New Field of Anthropology.” In *The Anthropology of Policy: Critical Perspectives on Governance and Power*. New York: Routledge, 3-39.

Shore, Cris 2009. “Cultura de Auditoria e Governança inliberal.” *Universidades e a Política de responsabilização*. Mediações, V.14, nº1, Pp. 24-53.

Segata, J. 2020. “Biosegurança e Antropologia”. *Horizontes Antropológicos*. nº57, Pp. 275-313.

Wedel, Janine, et al. 2005. “Towards an Anthropology of Public Policy”, *The Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, Pp. 30-51.

Artigos da internet

Bezerra, Anselmo, et al. 2020. *Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia da COVID-19*. Ciência e Saúde Coletiva. <http://dx.doi.org/10.1590/141381232020256.1.10792020> [Consultado em 18 de Abril de 2021].

Frederico, Mónica. e Matsinhe, Cristiano. 2020. Resistência à adoção das medidas de prevenção da COVID-19 em Moçambique. <http://www.cea.uem.mz/images/Publicacoes/7-CEA-Policy-briefResistencia-as-medidas-de-prevencao.pdf> [Consultado em 18 de Abril de 2021].

Granada, Daniel et al. 2021. “Saúde e migrações: a pandemia de Covid-19 e os trabalhadores imigrantes nos frigoríficos do Sul do Brasil”. <https://doi.org/10.1590/s0104-71832021000100011> [Consultado em 18 de Março de 2021].

International Labour Organization (ILO). 2021. “Covid-19 no Local de Trabalho”. *Prevenção e mitigação da Covid-19 no Trabalho*, Pp. 2-4.

Koga, Natália. 2020. “Os Instrumentos de Políticas Públicas para o Enfrentamento do Vírus da Covid-19: uma análise dos normativos produzidos pelo Executivo federal” <https://dx.org/10.1590/s0104-71832021000100016> [Consultado em 10 de Maio de 2022].

Menezes, Palloma *et al.* 2021. “Painéis comunitários: a disputa pela verdade da pandemia nas favelas cariocas” <https://dx.org/10.1590/s0104-71832021000100016> [Consultado em 18 de Abril de 2021].

Ministério da Saúde (MISAU). 2020. “Conceptualização da Covid-19 e Transmissão”. *Manual de Prevenção a Covid-19*, Pp.10-12.

OMS. 2020. “Observatório Anual”. <https://www.who.int/newsroom/detail/29-06-2020-covidtimeline> [Consultado em 18 de Abril de 2021].

Documentos e legislações

Boletim da República de Moçambique (BRM). 2020. Aulas. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique. EP.

Moçambique. Decreto Presidencial no 110/243. De 18 de Dezembro de 2020. Medidas de condensação de Covid-19. Maputo, v. 2, pp: 01-8.

Moçambique. Decreto Presidencial no. 4/2022 De 18 de Fevereiro. As medidas de contenção da propagação da pandemia da COVID-19. Maputo. Imprensa Nacional de Moçambique.

Ministério da Administração Estatal (MAE). 2005. Perfil do Distrito de Marracune. Maputo.